

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2009

A Comissão de Licitações da UFSM, sediada na Cidade Universitária, em Santa Maria/RS, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação, na Modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo maior oferta, para a EXPLORAÇÃO DA USINA ESCOLA DE LATICÍNIOS DA UFSM, localizada no prédio 95, Campus Universitário, Bairro Camobi, em Santa Maria, para a Coleta, Industrialização e Comercialização de leite e Produtos lácteos, especificado no item nº 2 deste Edital, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666, de 21/06/93, alterada por legislação posterior, e Decreto n. 4.485, de 25 de novembro de 2002, Lei 10.793, de 02/12/2004, Decreto 5.563/2005 e conforme consta no processo 23081.017534/2008-83.

1. Os ENVELOPES nº 01 (documentação) e nº 02 (proposta) serão recebidos pela Comissão de Licitações da UFSM, na Sala 666, 6º pavimento do Edifício da Administração Central, na Cidade Universitária.

Data limite para entrega dos envelopes nº 01 (documentação) e nº 02 (proposta):

Dia 30/07/2009 até às 14:00 h.

Datas de abertura dos envelopes:

1ª abertura – 30/07/2009 às 14:00 h. (envelope nº 01)

2ª abertura – 10/08/2009 às 14:00 h. (envelope nº 02)

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Esta licitação tem por objeto a EXPLORAÇÃO DA USINA ESCOLA DE LATICÍNIOS DA UFSM, localizada no Prédio 95, Campus Universitário, Bairro Camobi, em Santa Maria, para a Coleta, Industrialização e Comercialização de Leite e Produtos lácteos.

2.1.1. A Licitante Vencedora obriga-se a pagar mensalmente à Universidade, até o 10º dia útil do mês subsequente ao devido, como retribuição pela ocupação da área física da Usina Escola de Laticínios o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

2.2. – Dos Direitos da Licitante Vencedora: (Somente para o caso de utilização das lojas)

2.2.1. Ficará a critério da Licitante Vencedora a comercialização dos produtos produzidos na Usina Escola nos seguintes locais:

- A. Área física de 23,57 m², localizada no Centro Comercial junto ao Posto Petrobrás, loja n. 05, no Campus Universitário da UFSM, sendo que o valor de retribuição fixo mensal será de R\$ 600,00 (seiscentos reais).
- B. Área física de 8,75 m², localizada no 2º Hall do Prédio n. 351 do Centro de Ciências Sociais e Humanas/CCSH, na Rua Floriano Peixoto 1184, no centro da

cidade de Santa Maria/RS, sendo que o valor de retribuição fixo mensal será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

2.3. – Das obrigações da Licitante Vencedora:

2.3.1. Captar e fornecer leite, embalagens, aditivos e insumos necessários à industrialização de leite e produtos lácteos.

2.3.2. Responsabilizar-se pelo transporte, recebimento, produção, comercialização, pagamento de produtores, tributos de qualquer natureza, contribuições decorrentes de legislação trabalhista, social, previdenciárias, infelizmente sanitária e profissional vigente ou que venha a surgir no curso da sua execução, respondendo à UFSM, com juros e correção monetária no caso desta vir a ser exigida diretamente por terceiros.

2.3.3. Contratar e responsabilizar-se pela mão-de-obra necessária e industrialização de leite e produtos lácteos. Contratar mão-de-obra qualificada e responsabilizar-se pelo controle de qualidade da matéria-prima e produtos acabados com a supervisão e assessoramento da UFSM.

2.3.4. Permitir o acesso dos estudantes e docentes da UFSM e Instituições Conveniadas na área de produção.

2.3.5. Modernizar os pontos de venda de comercialização, descritos no subitem 2.2.1. deste edital, com balcões, frigoríficos, móveis apropriados, balança, etiquetadores e leitor de código de barras, no prazo máximo de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Termo de Permissão. (Somente para o caso de utilização das lojas)

2.3.6. Disponibilizar até 500 (quinhentos) litros de leite por mês para aulas práticas no Departamento de Tecnologia e Ciências dos Alimentos, sem ônus para a UFSM.

2.3.7. Disponibilizar embalagens, insumos e aditivos para aulas práticas, sem ônus para a UFSM.

2.3.8. Permitir estágios dos estudantes da UFSM e de outras Instituições e estudantes de cursos afins, como: Administração, engenharias, medicina veterinária, farmácia, ciências contábeis e química.

2.3.9. Disponibilizar reagentes para análise de rotina e equipamentos de laboratório

2.3.10. Coletar e Industrializar no mínimo de 6.000 litros de leite por dia.

2.3.11. A coleta deverá atender a IN 51/2002, a partir da assinatura do Termo de Permissão.

2.3.12. Responsabilizar-se pelo fomento ao produtor, no prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da assinatura do Termo de Permissão.

2.3.13. Apresentar, após sua instalação, um plano de manutenção preventiva dos equipamentos industriais e de laboratório, o qual deverá ser aprovado pelos engenheiros da UFSM.

2.3.14. A Licitante Vencedora deverá providenciar, às suas custas, sem ônus para a UFSM, a instalação de medidor de energia elétrica e água no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Termo de Permissão. Antes do prazo máximo para instalação do medidor a licitante vencedora deverá pagar a taxa de consumo de energia que será calculada pelo setor de engenharia da Prefeitura Universitária/UFSM.

2.3.15. Atender a legislação vigente, de acordo com o formulário da FEPAM, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Termo de Permissão.

2.3.16. Providenciar as melhorias no sistema de tratamento de efluentes.

2.3.17. Atender as normas de fiscalização do CISPOA, registro de produtos, registro com a FEPAM, alvará de Bombeiros (Implantação do PPCI), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Termo de Permissão.

2.3.18. Para o órgão fiscalizador da Usina (o CISPOA), a licitante vencedora deverá adequar um espaço físico que visa atender as exigências da manutenção do fiscal, tais como: sala e computador, caso o fiscal solicite.

2.3.19. Produzir no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos produtos com a marca UNI-UFSM.

2.3.20. Responsabilizar-se pela manutenção da pintura externa e interna, no prazo de 12 (doze) meses em 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo de Permissão.

2.3.21. Reformar a caldeira no prazo de 02 (dois) anos após a assinatura do Termo de Permissão, sem ônus para a UFSM. Deverá ser feita a manutenção preventiva, mediante apresentação de relatório para a aprovação dos engenheiros da UFSM.

2.3.22. Atualizar o *lay-out* das embalagens

2.3.23. Fazer e manter os registros do estabelecimento, de produtos, de controle de pragas e de detergentes e sanitizantes atualizados junto aos órgãos de saúde competentes.

2.3.24. Responsabilizar-se pela aquisição de materiais e equipamentos complementares necessários à industrialização e embalagem de produtos, segundo normas e exigências das autoridades sanitárias, podendo ao término da contratação retirá-las.

2.3.25. Contratar o sistema de vigilância eletrônica por sensor de presença e gravação de imagens, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Permissão.

2.3.26. Repassar a UFSM o valor líquido correspondente ao percentual ofertado, constante na proposta da licitante vencedora, sobre o valor total do faturamento bruto, sendo que 95% (noventa e cinco por cento) deste percentual corresponde a utilização dos laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações e 5% (cinco por cento) corresponde ao uso da marca UNI-UFSM, que identifica os produtos da UFSM.

2.3.27. Pagar o valor de retribuição referente a utilização do espaço físico, de acordo com o que determina o subitem 2.1.1. localizado na Usina Escola e Postos constante no subitem 2.2.1. deste edital. (neste caso somente se a licitante vencedora utilizar os postos)

2.4. Será firmado um Termo de Permissão com a Licitante Vencedora, que faz parte integrante deste edital, independente de transcrição, com prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste edital somente as empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos, conforme determina o Inciso II do artigo 4º da Lei 10.973/2004.

3.2. DA DOCUMENTAÇÃO (ENVELOPE Nº 1)

As licitantes poderão participar da presente licitação sob duas formas:

3.2.1. Empresas cadastradas e habilitadas no SICAF, na forma da lei.

3.2.2. Empresas que não estiverem inscritas junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

3.2.2.1. Apresentar, em uma única via, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, da documentação relativa à habilitação jurídica; à qualificação econômico-financeira; à regularidade fiscal e à qualificação técnica, conforme o seguinte:

I - Habilitação Jurídica:

a) Cédula de identidade;

- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - f) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública;
- II - Qualificação Econômico Financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

III - Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV - Qualificação Técnica:

- a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente.

3.3. Todas as licitantes deverão apresentar no dia da entrega dos envelopes:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente de responsabilidade da licitante, podendo ser usado o modelo do Anexo 1 deste Edital.

b) Termo de Desistência Recursal, se for o caso, podendo ser usado o modelo constante no Anexo 2 deste Edital. (não constitui documentação obrigatória)

c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no Anexo 3 deste Edital.

d) Índices de balanço mínimos, a ser verificado pela Comissão junto ao Cadastro da empresa no SICAF, ou pela apresentação de balanço devidamente atualizado na forma da lei, no mínimo de:

A) Liquidez Corrente (LC): Maior ou igual a 1,00

B) Liquidez Geral (LG): Maior ou igual a 1,00

C) Solvência Geral (SG): Maior ou igual a 1,00

e) A qualificação técnica, mediante a apresentação, em uma única via, de cópias autenticadas, ou cópias acompanhadas dos originais, de dois atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes, compatíveis com o objeto da licitação. Nos atestados deverá constar o nome da pessoa para contato e o telefone.

f) Declaração de visita, emitido pela Usina Escola de que a licitante visitou o local. A visita deverá ser previamente agendada pelo telefone: (55) 3220-8081, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 13:30 horas, com a Srª Rosane Maria C. Noal.

g) A licitante deverá comprovar, através de documentação legal, sua condição como empresa nacional e organização de direito privado sem fins lucrativos, em conformidade com o subitem 3.1 deste edital.

3.4. A documentação deverá ser apresentada em envelope fechado ou lacrado, devidamente identificado, podendo ser usado o modelo a seguir:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA COMISSÃO DE LICITAÇÕES AVENIDA RORAIMA, 1000 SALA 666, REITORIA/UFSM – CEP 97.105-900 CONCORRÊNCIA Nº _____ DIA ____/____/____, às _____ horas ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO CNPJ DA EMPRESA: _____ RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: _____

4. DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº 2)

4.1. A proposta deverá ser apresentada devidamente datada, assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

4.2. A proposta deverá conter **o percentual mínimo ofertado sobre o valor total do faturamento bruto da licitante vencedora**, o qual não poderá ser inferior a 1% (um por cento).

4.3. A licitante deverá expressar na sua proposta a intenção de utilizar os pontos citados no subitem 2.2.1 deste edital, respeitadas todas as condições estabelecidas neste edital.

4.4 Será desclassificada a proposta que esteja em desacordo com o Edital, bem como as que forem manifestamente inexecutáveis ou, ainda, apresentada em papel de uso em aparelho fac-símile.

4.5. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado ou lacrado, devidamente identificado, podendo ser usado o modelo a seguir:

<p style="text-align: center;">UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CAMPUS UNIVERSITÁRIO – SANTA MARIA/RS- CEP: 97105-900 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES AVENIDA RORAIMA, 1000 SALA 666, ED. REITORIA NÚMERO da CONCORRÊNCIA _____ DIA ____/____/____, às _____ HORAS ENVELOPE 02 - PROPOSTA CNPJ _____</p>
--

5. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1. Nos dias, hora e local marcados, a sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação e a proposta terá início pela apresentação, ao Presidente da Comissão de Licitações, de credenciais de um único representante de cada Licitante, quanto for o caso, para exame das mesmas. Feito isso, serão entregues os envelopes, conforme estabelecido neste Edital.

5.2. A Comissão de Licitações rubricará a documentação e as propostas apresentadas, submetendo as mesmas ao exame e rubrica dos representantes credenciados presentes em cada sessão.

5.2.1 Para os fins acima, a credencial deverá ser através de procuração específica ou indicação no cadastro da empresa no SICAF, a qual concede poderes ao representante credenciado, inclusive para deliberar, interpor e/ou renunciar os recursos.

5.3 Havendo dúvidas, o Presidente da Comissão de Licitações deverá registrar em ata as razões que a determinaram, podendo reter documentos que a instruem.

5.4. Após a habilitação, não havendo, pelos participantes, intenção de recurso, o que deverá ser expresso em formulário próprio, fornecido pela UFSM, bem como consignado em ata, proceder-se-á a imediata abertura dos ENVELOPES Nº 02 (PROPOSTAS), podendo ser efetuado no primeiro dia útil subsequente, a critério do Presidente da Comissão de Licitações. Havendo a intenção de recurso, a data para abertura do ENVELOPE Nº 02 SERÁ A CONSTANTE DO ITEM 01 DESTE Edital, desde que julgados todos os recursos.

5.5. Será franqueado aos proponentes o exame dos documentos e propostas, podendo qualquer um deles solicitar o registro de observações que entender conveniente, desde que o faça no momento próprio, anunciado pelo Presidente da Comissão de Licitações, não sendo registrada em ata qualquer intervenção intempestiva.

5.6. Fica reservado à Comissão de Licitações, que julgará a presente Concorrência, o direito de acatar ou não as impugnações ou observações registradas em ata.

5.7. As dúvidas que surgirem durante a reunião, serão a juízo do Presidente da Comissão de Licitações, por este resolvidas na presença dos licitantes, ou deixadas para posterior deliberação, devendo o fato ser registrado em ata.

6 JULGAMENTO

6.1. A Comissão de Licitações adjudicará a proposta mais vantajosa para a administração, através do seguinte critério:

a) O maior percentual ofertado sobre o valor total do faturamento bruto, a partir do mínimo exigido no subitem 4.2.; obedecidas as demais condições deste Edital.

7. ADJUDICAÇÃO

7.1. Após a adjudicação, o objeto especificado no item 2 deste Edital será deferido a Licitante Vencedora mediante Termo de Permissão, nos termos da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, cuja minuta anexa é parte integrante deste Edital, como se aqui estivesse transcrita.

7.2 O Termo de Permissão deverá ser retirado, assinado e devolvido pela Licitante Vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da convocação feita pela UFSM, sob pena de decair o direito à Permissão.

7.3 Para se habilitar ao normal exercício de suas atividades, a Licitante Vencedora deverá obter da Prefeitura da Cidade Universitária, a respectiva Autorização, que lhe será concedida após fazer entrega de uma cópia do Termo de Permissão assinado, referido no item 7.2 deste Edital de Concorrência, expedido pelo Departamento de Material e Patrimônio.

8. SANÇÕES CONTRATUAIS

8.1. As sanções contratuais são as previstas no artigo 77, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, bem como nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

8.1.1. A ocorrência dos casos previstos no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do Termo de Permissão.

8.2. Na hipótese de atraso no pagamento do repasse e da retribuição, devida pela PERMISSONÁRIA, acrescer-se-á correção monetária calculada por índices oficiais, até o seu efetivo pagamento, bem como de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total devido no primeiro mês, a partir do segundo mês de inadimplemento será cobrado 4% (quatro por cento).

8.2.1. Decorridos 15 (quinze) dias de **atraso no pagamento referente ao consumo de energia elétrica**, a Prefeitura da Cidade Universitária fará o corte da energia, e para seu religamento a Licitante Vencedora deverá apresentar as guias comprovando o pagamento.

8.2.2. Decorridos 60 (sessenta) dias de atraso do repasse e no pagamento e na retribuição de energia elétrica devida, o Termo de Permissão será automaticamente rescindido, sem prejuízo da cobrança de multas previstas no presente Termo de Permissão e penalidades previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

8.3. Será passível de penalidade a Licitante Vencedora que infringir qualquer dispositivo legal (federal, estadual e/ou municipal); não cumprir quaisquer dos itens deste Edital de Concorrência e/ou desobedecer às normas e procedimentos emanados da Prefeitura da Cidade Universitária, complementares a este Edital.

8.3.1. As penalidades a serem aplicadas são:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Cancelamento da Permissão e conseqüente anulação da Licença de Funcionamento.

8.3.1.1 A multa para qualquer infração ao que estabelece o presente Edital será de valor único e igual a três vezes o valor da retribuição mensal.

9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Os recursos administrativos cabíveis são os previstos nos termos do artigo 109, da Lei n. 8.666/93.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar esta licitação, sem que caiba aos participantes, direito à reclamação ou indenização.

10.2. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis", o prazo estabelecido no artigo 41, § 2º, da Lei 8.666/93.

10.3. A proposta apresentada terá validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de abertura do ENVELOPE nº 02.

10.4. A Licitante Vencedora obriga-se a manter, durante toda a vigência da Permissão, as condições de qualificação e habilitação exigidas neste edital.

10.5. A qualquer tempo a UFSM, poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificação em questão, conforme artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

10.6. No caso de não haver expediente no dia marcado para a realização desta licitação, esta será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições.

10.7. Para dirimir qualquer dúvida a respeito do presente acordo o foro competente será a Justiça Federal na cidade de Santa Maria.

10.8. Cópias deste Edital serão disponibilizadas no Serviço de Cópias, térreo, do Prédio da Administração Central, Campus Universitário da UFSM, Santa Maria/RS. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento desta licitação serão fornecidos pelos telefones (55) 3220-8189 e Fax (55) 3220-8672. As cópias e

informações serão fornecidas de segunda a sexta-feira, em horário de expediente externo da UFSM.

Santa Maria, 26 de junho de 2009.

JAYME WORST
Presidente

ANEXO 1

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A Empresa _____,
inscrita sob o CNPJ nº _____/_____-_____ sediada na cidade
de _____ Estado _____ à rua
_____, nº _____ bairro
_____, CEP _____ - _____, Fone:
_____, Fax _____, declara sob as penas da lei, que até a
presente data:

- A) **Inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação no presente processo licitatório.** bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- B) Não possuem em seu quadro societário nenhum Servidor Público Federal, salvo na forma excetuada no inciso X do artigo 117 de Lei 8112/90.
- C) não possui em seu quadro, atuando de forma direta ou indireta, nenhum servidor ou dirigente da UFSM, conforme dispõe o inciso III do artigo 9º da Lei 8.666/93.

Santa Maria, ____ de _____ de 2009.

Assinatura

Nome do Declarante

Nº Cédula de Identidade:

ANEXO 2

TERMO DE DESISTÊNCIA RECURSAL

A Empresa _____ CNPJ n
_____, por intermédio de seu Representante
legal _____ (conforme documento em anexo), no presente
ato e na melhor forma de direito, vem DESISTIR de qualquer recurso cabível relativo à fase
de habilitação referente a Concorrência n. _____ promovida pela Universidade
Federal de Santa Maria, de acordo com o Artigo 43, III da Lei n. 8.666, de 21.06.93,
alterada pela Lei n. 8.883/94.

Santa Maria, _____ de _____ de 2009.

ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) portador (a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

TERMO DE PERMISSÃO 01/2009

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, inscrita no CNPJ. Nº 95.591.764/0001-05, sediada na Cidade Universitária, Santa Maria, neste ato representada pelo Vice Reitor, Prof. Felipe Martins Müller, outorga a Permissão de uso do espaço físico para a empresa _____, CNPJ nº _____, estabelecida _____, representada pelo Sr. _____, a seguir denominadas PERMITENTE e PERMISSIONÁRIA, respectivamente, com o fim específico de PERMISSÃO DE USO DE ÁREA FÍSICA para a EXPLORAÇÃO DA USINA ESCOLA DE LATICÍNIOS DA UFSM, localizada no prédio 95, Campus Universitário, Bairro Camobi, em Santa Maria, para a Coleta, Industrialização e Comercialização de Leite e Produtos Lácteos, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo de Permissão, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666, de 21.06.93, alterada por Legislação Posterior, Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002, Lei 10.973/2004 e Decreto 5.563/2005, e em face do que consta do Processo 23081.017534/2008-72 e da proposta da Licitante Vencedora da Concorrência 02/2009, que faz parte integrante do presente Termo de Permissão como se aqui estivesse transcrita, firmar o presente Termo, para o fim acima e de acordo com o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

A PERMISSIONÁRIA receberá da PERMITENTE a área física para a EXPLORAÇÃO DA USINA ESCOLA DE LATICÍNIOS DA UFSM, localizada no prédio 95, Campus Universitário, Bairro Camobi, em Santa Maria, para a Coleta, Industrialização e Comercialização de Leite e Produtos Lácteos.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA (Somente para o caso de utilização das lojas)

A PERMISSIONÁRIA comercializará os produtos produzidos na Usina Escola nos seguintes locais:

- A. Área física de 23,57 m², localizada no Centro Comercial junto ao Posto Petrobrás, loja n. 05, no Campus Universitário da UFSM.
- B. Área física de 8,75 m², localizada no 2º Hall do Prédio n. 351 do Centro de Ciências Sociais e Humanas/CCSH, na Rua Floriano Peixoto 1184, no centro da cidade de Santa Maria/RS.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Em caso de necessidade de ampliações, mudanças e/ou alterações das instalações elétricas, as despesas decorrentes serão de total responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, não acarretando qualquer ônus para a UFSM. Porém, deverão ser analisadas, aprovadas e autorizadas pela Prefeitura da Cidade Universitária. Qualquer dano, sinistro ou outro problema que venha a ocorrer em função do mencionado neste subitem serão de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

São obrigações da PERMISSIONÁRIA:

1. Captar e fornecer leite, embalagens, aditivos e insumos necessários à industrialização de leite e produtos lácteos.
2. Responsabilizar-se pelo transporte, recebimento, produção, comercialização, pagamento de produtores, tributos de qualquer natureza, contribuições decorrentes de legislação trabalhista, social, previdenciárias, infortunistica sanitária e profissional vigente ou que venha a surgir no curso da sua execução, respondendo à PERMITENTE, com juros e correção monetária no caso desta vir a ser exigida diretamente por terceiros.
3. Contratar e responsabilizar-se pela mão-de-obra necessária e industrialização de leite e produtos lácteos. Contratar mão-de-obra qualificada e responsabilizar-se pelo controle de qualidade da matéria-prima e produtos acabados com a supervisão e assessoramento da PERMITENTE.
4. Permitir o acesso dos estudantes e docentes da PERMITENTE e Instituições Conveniadas na área de produção.
5. Modernizar os pontos de venda de comercialização, descritos na Subcláusula Primeira da Cláusula Primeira deste contrato, com balcões, frigoríficos, móveis apropriados, balança, etiquetadores e leitor de código de barras, no prazo máximo de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Termo de Permissão. (Somente para o caso de utilização das lojas)
6. Disponibilizar até 500 (quinhentos) litros de leite por mês para aulas práticas no Departamento de Tecnologia e Ciências dos Alimentos, sem ônus para a PERMITENTE.
7. Disponibilizar embalagens, insumos e aditivos para aulas práticas, sem ônus para a UFSM.
8. Permitir estágios dos estudantes da UFSM e de outras Instituições e estudantes de cursos afins, como: Administração, engenharias, medicina veterinária, farmácia, ciências contábeis e química.
9. Disponibilizar reagentes para análise de rotina e equipamentos de laboratório
10. Coletar e Industrializar no mínimo de 6.000 litros de leite por dia.
11. A coleta deverá atender a IN 51/2002, a partir da assinatura do Termo de Permissão.
12. Responsabilizar-se pelo fomento ao produtor, no prazo máximo de 06 (seis) meses a partir da assinatura do Termo de Permissão.
13. Apresentar, após sua instalação, um plano de manutenção preventiva dos equipamentos industriais e de laboratório, o qual deverá ser aprovado pelos engenheiros da PERMITENTE.
14. A PERMISSIONÁRIA deverá providenciar, às suas custas, sem ônus para a PERMITENTE, a instalação de medidor de energia elétrica e água no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Termo de Permissão. Antes do prazo máximo para instalação do medidor a PERMISSIONÁRIA deverá pagar a taxa de consumo de energia que será calculada pelo setor de engenharia da Prefeitura Universitária/UFSM.
15. Atender a legislação vigente, de acordo com o formulário da FEPAM, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Termo de Permissão.
16. Providenciar as melhorias no sistema de tratamento de efluentes.
17. Atender as normas de fiscalização do CISPOA, registro de produtos, registro com a FEPAM, alvará de Bombeiros (Implantação do PPCI), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Termo de Permissão.
18. Para o órgão fiscalizador da Usina (o CISPOA), a licitante vencedora deverá adequar um espaço físico que visa atender as exigências da manutenção do fiscal, tais como: sala e computador, caso o fiscal solicite.
19. Produzir no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos produtos com a marca UNI-UFSM.

20. Responsabilizar-se pela manutenção da pintura externa e interna, no prazo de 12 (doze) meses em 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo de Permissão.

21. Reformar a caldeira no prazo de 02 (dois) anos após a assinatura do Termo de Permissão, sem ônus para a UFSM. Deverá ser feita a manutenção preventiva, mediante apresentação de relatório para a aprovação dos engenheiros da PERMITENTE.

22. Atualizar o *lay-out* das embalagens

23. Fazer e manter os registros do estabelecimento, de produtos, de controle de pragas e de detergentes e sanitizantes atualizados junto aos órgãos de saúde competentes.

24. Responsabilizar-se pela aquisição de materiais e equipamentos complementares necessários à industrialização e embalagem de produtos, segundo normas e exigências das autoridades sanitárias, podendo ao término da contratação retirá-las.

25. Contratar o sistema de vigilância eletrônica por sensor de presença e gravação de imagens, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Permissão.

27. Pagar o valor de retribuição referente a utilização do espaço físico, de acordo com o que os valores constantes na Cláusula Quinta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REPASSE A PERMITENTE

A PERMISSIONÁRIA repassará a PERMITENTE o valor líquido correspondente a ____ % (_____) sobre o valor total do faturamento bruto, sendo 95% (noventa e cinco por cento) deste percentual, corresponde a utilização dos laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações; e 5% (cinco por cento) ao uso da marca UNI-UFSM, que identifica os produtos da UFSM.

CLÁUSULA QUARTA DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO (Somente para o caso de utilização das lojas)

O horário mínimo de funcionamento das Lojas será o seguinte:

- A. Para a loja n. 05, localizada no Campus Universitário da UFSM, o horário será de segunda à sexta-feira das 09 horas às 19 horas, e aos sábados, domingos e feriados à critério da PERMISSIONÁRIA.
- B. Para a Loja localizada no 2º Hall do Prédio n. 351/CCSH, no centro da cidade de Santa Maria/RS, o horário será das 15 horas às 22 horas, exceto sábados, domingo e feriados.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A Universidade, quando julgar necessário, poderá exigir que a PERMISSIONÁRIA mantenha a Loja em funcionamento, fora dos horários pré-determinados, inclusive aos sábados à tarde, domingos e feriados.

Ocorrendo a hipótese prevista neste item, a Prefeitura da Cidade Universitária da UFSM fará a convocação, por escrito, com antecedência mínima de 24 horas.

CLÁUSULA QUINTA DO VALOR DA RETRIBUIÇÃO E DO REAJUSTE

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a pagar mensalmente à Universidade, até o 10º dia útil do mês subsequente ao devido, como retribuição pela ocupação das áreas físicas, descrita na cláusula primeira deste termo, da seguinte forma:

Locais		Valor Fixo de Retribuição Mensal R\$
A	Área física da Usina Escola de Laticínios da UFSM, localizada no Prédio 95, Campus Universitário da UFSM.	1.000,00
B	Área física de 23,57 m ² , localizada no Centro Comercial junto ao Posto Petrobrás, loja n. 05, no Campus Universitário da UFSM.	600,00
C	Área física de 8,75 m ² , localizada no 2º Hall do Prédio n. 351 do Centro de Ciências Sociais e Humanas/CCSH, na Rua Floriano Peixoto 1184, no centro da cidade de Santa Maria/RS.	300,00

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O reajustamento de preços será anual, com base na variação do INPC ocorrida no período, conforme determina a Legislação Vigente.

A periodicidade do reajuste poderá ser modificada em decorrência de dispositivo legal superveniente, ficando neste caso fixada a menor periodicidade permitida legalmente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Para reajuste no valor do consumo de energia elétrica será usado o mesmo índice e periodicidade que a concessionária local, sempre que autorizado pela ANEEL.

CLÁUSULA SEXTA DO PAGAMENTO

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Para pagamento da retribuição devida e do consumo de energia elétrica a PERMISSIONÁRIA deverá retirar junto a Prefeitura da UFSM, até o 10º (décimo) dia de cada mês, as guias de recolhimento bancário correspondente ao mês anterior.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A guia de recolhimento bancário será preenchida pelo órgão supracitado, com o valor em reais, para pagamento na UG Gestora 15316415238, Códigos de Depósitos: para o ressarcimento mensal 28804-7 e 28830-6 referente ao consumo de energia elétrica.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Após ter efetuado o recolhimento, a PERMISSIONÁRIA compromete-se a enviar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, cópias dos comprovantes à Prefeitura da UFSM.

SUBCLÁUSULA QUARTA

No caso de ocorrer o previsto na Subcláusula Terceira da Cláusula Décima Terceira, o valor correspondente a juros e multa será acrescido ao pagamento do valor devido no mês subsequente.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Os valores referentes ao ressarcimento mensal e energia elétrica incidem a partir da Autorização para início das atividades, expedida pela Prefeitura da Cidade Universitária, conforme a Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Quarta deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA *DAS ALTERAÇÕES NO ESPAÇO FÍSICO*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A PERMISSIONÁRIA tomará providências para que o espaço físico destinado satisfaça as exigências legais com relação ao seu respectivo ramo de atividades.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

As alterações, adaptações, conservação e manutenção do espaço físico referidos na subcláusula primeira desta Cláusula serão de inteira e total responsabilidade da PERMISSIONÁRIA.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A PERMISSIONÁRIA deverá submeter, previamente à Prefeitura da Cidade Universitária, as providências mencionadas nesta cláusula, que serão examinadas quanto a sua conveniência para a Universidade ou atendimento de exigências legais, podendo ser aprovadas ou não, ou então determinadas as alterações ou modificações necessárias.

SUBCLÁUSULA QUARTA

A PERMISSIONÁRIA não terá qualquer direito de retenção ou retirada de benfeitorias ou acessões, as quais ficam incorporadas aos bens da UFSM, salvo quando interesse desta a reposição do espaço físico nas condições originais, caso em que ocorrerá o pagamento mensal pela Permissionária até a retirada das citadas benfeitorias ou acessões.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Após a desocupação interessando à UFSM a restituição do espaço físico à situação original e frente a negativa da Contratada de assim proceder, fica a UFSM autorizada, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial e aprovação de orçamento pela Permissionária a realizar as obras necessárias cobrando desta os valores gastos com este fim.

SUBCLÁUSULA SEXTA

A Universidade, sem qualquer notificação judicial ou extrajudicial e independentemente de aprovação de orçamento pela PERMISSIONÁRIA, poderá realizar a

reposição ou mandar realizar por terceiro, independente de licitação, caso em que o Termo de Permissão e as notas emitidas pelo terceiro, desde que discriminadas, constituirão, em conjunto, o necessário título executivo extrajudicial para todos os efeitos.

CLÁUSULA OITAVA *DESOCUPAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Findo o prazo de Permissão, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a desocupar e entregar, no último dia de vigência do Termo de Permissão, o espaço físico que lhe havia sido destinado, o que fará independente de qualquer aviso, notificação, interpelação judicial ou extrajudicial.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O disposto na subcláusula primeira não será aplicável à PERMISSIONÁRIA que estiver participando de nova licitação e esta ainda não tenha sido julgada, ou quando a tiver vencido novamente. Entretanto, caso a PERMISSIONÁRIA seja declarada perdedora no processo de licitação a que se submeteu, terá 15 (quinze) dias úteis a contar da data do julgamento da licitação, para cumprir as disposições contidas na subcláusula Primeira desta Cláusula.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A entrega do espaço físico desocupado será feita ao funcionário designado pela Prefeitura da UFSM, de cujo ato será lavrado termo de vistoria e recebimento, com ciência da PERMISSIONÁRIA. Na hipótese de ser constatado qualquer dano, a PERMISSIONÁRIA deverá ser responsabilizada e indenizar os danos apontados pelo laudo, ou poderão ser adotadas outras medidas julgadas convenientes pela Administração, conforme prevê o artigo 67, parágrafo 2º da Lei n. 8.666/93.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Quando da entrega do espaço físico, por ocasião do término desta permissão de uso, o mesmo deverá estar nas mesmas condições de quando do início das atividades.

CLÁUSULA NONA *DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A PERMISSIONÁRIA deverá atender às exigências da Prefeitura da Cidade Universitária ou outro órgão competente relacionadas com as medidas de segurança, prevenção e combate ao fogo.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

À PERMISSIONÁRIA caberá total responsabilidade pela adoção de qualquer tipo de seguro contra riscos a que estiver sujeito o seu estabelecimento ou seus funcionários.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

À Universidade não caberá qualquer responsabilidade quanto à indenização ou outra forma de ressarcimento, pelos eventuais danos ou prejuízos que possa sofrer a PERMISSIONÁRIA ou seu estabelecimento causado por roubo, furto, fogo ou fenômenos climáticos.

SUBCLÁUSULA QUARTA

A PERMISSIONÁRIA providenciará, a sua custa, o seguro de responsabilidade civil, inclusive respondendo pelo que exceder da cobertura dada pela seguradora, não cabendo a UNIVERSIDADE qualquer obrigação decorrente de riscos de espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA *DA FISCALIZAÇÃO DO ESPAÇO*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A fiscalização da PERMISSIONÁRIA será exercida pelos órgãos competentes do Centro de Ciências Rurais e pela Prefeitura da Cidade Universitária.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A PERMISSIONÁRIA obrigar-se-á cumprir toda a legislação fiscal, social, trabalhista e previdenciária, pontualmente, cabendo o direito à UFSM, por seus órgãos e agentes, acesso à documentação, quando solicitar, para fiscalização complementar à dos respectivos órgãos públicos.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Em atendimento ao artigo 67 da Lei 8.666/93 fica indicado, como gestor do Termo de Permissão, a Vice Diretora da Usina Escola/UFSM, Sra. Rosane Maria C. Noal, Matrícula SIAPE n. 379425.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA *DAS DETERMINAÇÕES DA PREFEITURA/UFSM*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A PERMISSIONÁRIA está obrigada a cumprir todas as exigências legais que regulamentam o funcionamento do presente objeto, bem como acatar as determinações complementares, emanadas da Prefeitura da Cidade Universitária, relacionadas com o assunto.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - DO RECOLHIMENTO DO LIXO

A PERMISSIONÁRIA deverá manter recipientes adequados ao recolhimento do lixo, e responsabilizar-se-á pela remoção destes, diariamente, ao ponto de coleta geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA *DAS PROIBIÇÕES*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Não será permitido à PERMISSIONÁRIA, sob pena de revogação a Permissão, fechar seu estabelecimento, por qualquer motivo, sem a necessária autorização, expedida pela Prefeitura da Cidade Universitária.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Não será permitida a propaganda de marcas de produtos no “Luminoso para a identificação (nome) e Propaganda da Empresa, o qual deverá conter somente propaganda da própria empresa.

OBS.: O luminoso deverá ser idêntico ao modelo fornecido pela UFSM.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Não será permitido à PERMISSIONÁRIA transferir, alugar, subalugar, passar para terceiros ou doar a área física objeto deste Termo de Permissão, mediante a utilização de qualquer artifício, mesmo permanecendo em seu nome.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

As sanções contratuais são as previstas no artigo 77, da Lei nº 8666, de 21.06.93, bem como nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A ocorrência dos casos previstos no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do Termo de Permissão.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Na hipótese de atraso no repasse do percentual ofertado e no pagamento da retribuição, devida pela PERMISSIONÁRIA, acrescer-se-á correção monetária calculada por índices oficiais, até o seu efetivo pagamento, bem como de juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total devido no primeiro mês, a partir do segundo mês de inadimplemento será cobrado 4% (quatro por cento).

SUBCLÁUSULA QUARTA

Decorridos 15 (quinze) dias de **atraso no pagamento referente ao consumo de energia elétrica**, a Prefeitura da Cidade Universitária fará o corte da energia, e para seu religamento a Licitante Vencedora deverá apresentar as guias comprovando o pagamento.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Decorridos 60 (sessenta) dias de atraso no repasse, no pagamento e na retribuição de energia elétrica devida, o Termo de Permissão será automaticamente rescindido, sem prejuízo da cobrança de multas previstas no presente Termo de Permissão e penalidades previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

SUBCLÁUSULA SEXTA

Será passível de penalidade a PERMISSIONÁRIA que infringir qualquer dispositivo legal (federal, estadual e/ou municipal); não cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Permissão e/ou desobedecer às normas e procedimentos emanados da Prefeitura da Cidade Universitária, complementares a este Termo.

- As penalidades a serem aplicadas são:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa,
- c) Cancelamento da Permissão e conseqüente anulação da Licença de Funcionamento.

- A multa para qualquer infração ao que estabelece o presente Termo de Permissão será de valor único e igual a três vezes o valor da retribuição mensal.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA

O reajuste do valor da multa ocorrerá conforme o que consta na Subcláusula Primeira da Cláusula Quinta deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DA VIGÊNCIA DO TERMO DE PERMISSÃO

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo de Permissão vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Para se habilitar ao normal exercício de suas atividades, a PERMISSIONÁRIA deverá obter da Prefeitura da Cidade Universitária, a respectiva licença, que lhe será concedida após fazer entrega de uma cópia devidamente assinada do Termo de Permissão, expedido pelo Departamento de Material e Patrimônio.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

O prazo máximo para o início das atividades será de 15 (quinze) dias, a contar da autorização, expedida pela Prefeitura da Cidade Universitária.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA REVOGAÇÃO DA PERMISSÃO

Independentemente do fiel cumprimento das obrigações, poderá a UFSM revogar a qualquer tempo a Permissão, com aviso prévio de 60 dias, caso deseje dar nova destinação ao espaço físico ou modificar o uso das áreas adjacentes.

O órgão competente para sugerir ao Reitor, a qualquer tempo, a revogação da Permissão será a Prefeitura da Cidade Universitária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a manter, durante a vigência deste Termo, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório. A qualquer tempo a PERMITENTE poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificações em questão, conforme art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA
*DA TITULARIDADE E PARTICIPAÇÃO
NA CRIAÇÃO INTELECTUAL*

Toda e qualquer invenção passível de proteção intelectual será de propriedade exclusiva da Permitente que se responsabiliza pelos trâmites, através do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NIT), e por todos os passos necessários para o registro e manutenção da proteção das invenções oriundas deste projeto.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Os resultados e a respectiva propriedade intelectual a serem obtidos serão de propriedade exclusiva da UFSM. Os direitos de autoria e licenciamento da propriedade intelectual, sobre qualquer criação desenvolvida a partir deste contrato, pertencerão a UFSM.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O registro de propriedade intelectual será efetuado pela UFSM, através do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NIT), junto ao(s) órgão(s) competente(s)

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

O licenciamento para terceiros será feito de acordo com a política de proteção da propriedade intelectual adotada pela UFSM através da Resolução 019/2007. bem como norteadas pela Lei 10.973/04 e o Decreto 5.563/05.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA
DO SIGILO E DA CONFIABILIDADE DE INFORMAÇÕES

A parte Contratada se compromete a manter, por um período de 10 (dez) anos após o término, em segredo todos os dados e informações técnico-científicas relacionados com o presente contato, sob as seguintes condições:

- a) a parte receptora manterá a informação confidencial e, salvo autorização expressa, por escrito, não poderá revelar, nem total nem parcialmente, a informação recebida a terceiros, incluindo assessores ou consultores externos, exceto em caso de requerimento judicial;
- b) Igualmente, a contratada se compromete a que todas estas cláusulas sejam respeitadas pelo pessoal envolvido na execução das atividades, que possa ter acesso à informação confidencial por razões estritamente profissionais, ou seja, a

contratada responsabiliza pelos termos de confidencialidade e sigilo que deverão ser assinados pelos envolvidos na execução do projeto;

- c) Os itens anteriores não se aplicam quando a informação for resultado da aplicação do conhecimento científico e tecnológico pré-existent dos pesquisadores da UFSM no desenvolvimento das atividades;
- d) As partes poderão utilizar o conhecimento genérico e os princípios desenvolvidos nas atividades oriundas do presente contrato, respeitando o segredo das técnicas e informações específicas do(s) produto(s) gerado(s), para fins de ensino e pesquisa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA *DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS*

A divulgação dos resultados obtidos na pesquisa será de exclusividade da UFSM, podendo ser realizada publicações de caráter técnico-científico, para fins de ensino, e inclusive em dissertações de mestrado ou teses de doutorado, ouvido o Núcleo de Inovação e transferência de Tecnologia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA *DO FORO*

Para dirimir qualquer dúvida a respeito do presente ajuste o foro competente será a Justiça Federal na cidade de Santa Maria.

Santa Maria, __ de _____ de 2009.

PERMITENTE

PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHAS
